DECISÃO SINGULAR DSG - G.MCM - 6262/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/29646/2016
PROTOCOLO	: 1762992
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	: CONCESSÃO – APOSENTADORIA POR INVALIDEZ
BENEFICIÁRIA	: MARISA ANTÔNIA DE OLIVEIRA
RELATOR	: CONS. MARCIO MONTEIRO

APOSENTADORIA POR INVALIDEZ – CUMPRIMENTO DAS NORMAS REGIMENTAIS E LEGAIS – PROVENTOS PROPORCIONAIS – TEMPESTIVIDADE – REGISTRO.

Trata-se o processo da concessão de Aposentadoria Por Invalidez, pela **Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul**, à servidora ***Sr.ª Marisa Antônia de Oliveira***, ocupante do cargo de professora, lotada na Secretaria de Estado de Educação.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a Equipe Técnica da ICEAP, por meio da sua Análise ANA-ICEAP-12390/2018, peça n.º 12, e o MPC, por meio do seu Parecer PAR-2ª PRC 10055/2018, peça n.º 13, se manifestaram opinando pelo **REGISTRO** da presente aposentadoria.

É o relatório. Passo a decidir.

Examinado os autos, constato que a Aposentadoria Por Invalidez encontra-se formalizada conforme os ditames legais, uma vez que foram apresentados os documentos pertinentes.

O direito que ampara a Aposentadoria está previsto no art. 35, da Lei n.º 3150/05 c/c o art. 1º da EC n.º 70/12, conforme Decreto "P" n.º 5.232/16, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul n.º 9.296, de 30 de novembro de 2016.

Consta ainda na Certidão de Tempo de Contribuição a comprovação do cômputo de proventos proporcionais conforme preceitos legais e constitucionais, peça n.º 05, fls. 59/60, abaixo demonstrado:

QUANTIDADE DE ANOS	QUANTIDADE DE DIAS
25 (vinte e cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias	9.484 (nove mil e quatrocentos e oitenta e quatro) dias

- Da invalidez:

Conforme Laudo Médico Pericial, na peça n.º 07, fls. 64/66, a Servidora teve sua incapacidade decretada conforme CID F32.2 (episódio depressivo grave sem sintomas psicóticos) na data de 10/05/2016.

Noto que o prazo estabelecido na IN TC/MS n.º 35/11 alterada pela IN TC/MS n.º 38/12 foi devidamente cumprido pelo Responsável, conforme quadro abaixo:

Especificações	Data
Data da publicação	30/11/2016
Prazo para remessa	15/12/2016
Remessa	08/12/2016

Diante do exposto, acolhendo a Análise Técnica e o Parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pelo **REGISTRO** da concessão de Aposentadoria Por Invalidez da servidora **Sr.ª Marisa Antônia de Oliveira**, ocupante do cargo de professora, lotada na Secretaria de Estado de Educação, com fulcro no art. 34, II, da LC n.º 160/12, c/c art. 10, I, da RN n.º 76/13.

II – Pela comunicação do resultado desta Decisão aos interessados, em obediência ao artigo 50, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 09 de julho de 2018.

Cons. MARCIO MONTEIRO
RELATOR

Jac